



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 3, DE 2017

(nº 705/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 705

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

Os méritos da Senhora Ana Maria Pinto Morales que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

EM nº 00399/2016 MRE

Brasília, 9 de Dezembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de ANA MARIA PINTO MORALES para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 855 - C. Civil.

Em 28 de dezembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANA MARIA PINTO MORALES

CPF.: 437.581.007-63

ID.: 6015342428 SSP/RS

1949 Filha de Júlio Morales e Cleonice Kopf Pinto Morales, nasce em 13 de agosto, em Santo Angelo/RS

Dados Acadêmicos:

1975 Graduação em Piano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1986 CAD-IRBr

2002 Mestrado em Políticas Públicas Internacionais pela Paul H. Nitze School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University, Washington-DC/EUA

2006 CAE, IRBr, O NAFTA e o comércio de bens e fluxo de investimentos para o México: Lições para o Brasil

Cargos:

1979 CPCD - IRBr

1980 Terceira-Secretária

1982 Segunda-Secretária

1993 Primeira-Secretária

2002 Conselheira

2006 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

2009 Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1980-81 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Assistente

1981-84 Divisão de Política Comercial, Assistente

1985-88 Missão junto a ONU, Nova York, Segunda-Secretária

1988-89 Embaixada no Panamá, Segunda-Secretária

1992-95 Embaixada em Harare, Segunda e Primeira-Secretária, Conselheira, comissionada e Encarregada de Negócios

1995-97 Departamento de Integração Latino-Americana, Assessora

1995 GT da ALCA sobre Acesso a Mercados, Coordenadora Nacional

1997-98 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Subchefe

1998-99 Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe

1999 Divisão de Integração Regional, Subchefe

1999-03 Embaixada em Washington, Primeira Secretária e Conselheira

2003-06 Embaixada no México, Conselheira

2006-07 Divisão de Fronteiras, Chefe e Coordenadora-Adjunta da Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-americana de Nações

2007-08 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Chefe de Gabinete

2008-11 Embaixada em Lima, Ministra-Conselheira

2011 Embaixada em Lusaca, Embaixadora

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA AUSTRAL E LUSÓFONA**

ZIMBÁBUE



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
OUTUBRO DE 2016**

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República do Zimbábue
GENTÍLICO	Zimbabuano
CAPITAL	Harare
ÁREA	390.580 km ² (aproximadamente do tamanho do estado de Mato Grosso do Sul)
POPULAÇÃO (2011, BM)	12, 7 milhões
IDIOMAS	Inglês (oficial), shona, sindebele, outras
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Africanas (74%), cristianismo (25%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	PR Robert Mugabe (desde dez/87)
CHANCELER	Simbarashe Mumbengegwi (desde abr/05)
PIB nominal (2015, BM)	US\$ 14,27 bilhões
PIB PPP (2015, BM)	US\$ 28,10 bilhões
PIB per capita (2015, BM)	US\$ 1064
PIB per capita PPP (2015, BM)	US\$ 2096
Variação do PIB (2015, BM)	4,48% (2013); 3,85% (2014); 1,50% (2015)
IDH (2014, PNUD)	0,509 (155º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014, PNUD)	57,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2015, PNUD)	90,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014, BM)	11,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Sistema multimoedas (com predominância do dólar americano e do rand sul-africano)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Thomas Sukutai Bvuma (desde dez/2004)
EMBAIXADORA EM HARARE	Márcia Maro da Silva

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MIL –FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL ⇄ ZIMBÁBU E	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Comércio Total	9.672	6.838	14.141	11.611	14.384	14.588	5.916	8.868	31.933	20.141	70.840	34.770	29.980
Exportações	4.194	1.953	1.777	3.426	8.389	11.709	3.833	7.129	10.988	20.125	11.220	34.730	11.180
Importações	5.477	4.884	12.363	8.184	5.995	2.878	2.083	1.739	20.945	16	59.630	0.040	18.810
Saldo	-1.283	-2.930	-10.585	-4.758	2.394	8.831	1.750	5.390	-9.956	20.109	-48.410	34.690	-7.630



Robert Mugabe
Presidente da República

Um dos principais líderes do movimento de libertação contra o governo de minoria branca, Robert Mugabe nasceu em 21 fevereiro de 1924, na cidade de Kutama, na então Rodésia do Sul. Filho de fazendeiro local, Mugabe foi educado em escolas missionárias e obteve seu primeiro diploma, em Pedagogia, pela Universidade de Fort Hare (África do Sul), em 1951.

Ao retornar à Rodésia do Sul, em 1960, integrou inicialmente o Zimbabwe African People's Union (ZAPU), partido que deixou três anos depois para integrar o rival Zimbabwe African National Union (ZANU). Ficou preso, sem julgamento, por dez anos (1964-1974). Libertado, exilou-se em Moçambique, de onde lançou ofensiva contra o governo de Ian Smith.

Esteve à frente da delegação do ZANU durante as negociações de Lancaster House (Londres, 1979), que resultaram em acordo de paz para a constituição do Zimbábue independente. A vitória contra governo de minoria branca e o apoio prestado a outros movimentos de libertação da África Austral, como a moçambicana FRELIMO, converteram Mugabe em um dos símbolos da descolonização africana.

Tornou-se Primeiro-Ministro em 1980, após expressiva vitória de seu partido nas primeiras eleições do Zimbábue. Em 1987, após alteração na Constituição, tornou-se Presidente. Foi reeleito em 1996, em 2002, em 2008 e em 2013.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Zimbábue em abr/1980, no próprio dia da celebração da independência do país, e abriu Embaixada residente em Harare em 1987. O Zimbábue abriu Embaixada em Brasília, em ago/04, sua primeira representação residente na América do Sul.

Em set/1991, o Presidente Fernando Collor visitou Harare. Em 1992, o Presidente Robert Mugabe esteve no Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92). Em set/1999, Mugabe retornou ao Brasil para visitar a Embraer, em São José dos Campos, e discutir questões relativas ao combate à Aids, à reforma agrária e à política africana.

O Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim esteve duas vezes em Harare, em mai/2003 e em out/2008. Nesta última visita, encontrou-se com autoridades governamentais dos três principais partidos políticos zimbabuanos, entre as quais o Presidente Robert Mugabe, o Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai, o Vice-Primeiro-Ministro Arthur Mutambara e o Chanceler Simbarashe Mumbengegwi.

A então Vice-Presidente Joice Mujuru esteve na cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff, acompanhada do então Ministro, em exercício, dos Negócios Estrangeiros, Herbert Murerwa.

Em jan/11, em audiência concedida ao Senador Marcelo Crivella (em Harare), Joice Mujuru reiterou o interesse de seu país em receber cooperação, especialmente na área da agricultura. Reforçou, ademais, a imagem positiva que o Zimbábue possui a respeito do Brasil.

Em setembro de 2012, foi realizada, em Brasília, a II Comista Brasil-Zimbábue.

A disponibilidade brasileira em cooperar com o Zimbábue é muito bem vista pelas lideranças do país. O então Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai chegou a dizer que seu país não teria "nada a aprender com as grandes potências e tudo a aprender com o Brasil".

No plano multilateral, o Zimbábue compartilha interesses comuns com o Brasil, em especial a democratização dos grandes organismos internacionais.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral entre o Brasil e o Zimbábue apresentou crescimento de 158% entre 2006 e 2015, evoluindo de US\$ 11,6 milhões, no primeiro ano da série histórica, para US\$ 29,9 milhões em 2015. Nos dois últimos anos, contudo, as trocas comerciais acumularam forte queda de 57,7%. O saldo comercial entre os dois países mostrou comportamento errático, alternando momentos superavitários e deficitários para o lado brasileiro.

Após sofrer déficit de US\$ 48,4 milhões em 2013, o Brasil contabilizou, em 2014, superávit de US\$ 34,7 milhões em transações comerciais com o Zimbábue. Em 2015, porém, a corrente comercial mostrou saldo negativo de US\$ 7,6 milhões. No acumulado de janeiro a agosto de 2016, o intercâmbio brasileiro com o Zimbábue sofreu forte decréscimo, limitando-se a US\$ 1,7 milhão, o que significou retração de 92,5% sobre a mesma base de 2015. O aludido decréscimo deveu-se, sobretudo, à substancial diminuição das importações, muito

embora as exportações brasileiras para o Zimbábue também tenham perdido dinamismo no período em apreço. O resultado do comércio no período foi superavitário para o Brasil em US\$ 1,6 milhão.

Exportações

As exportações brasileiras para o Zimbábue apresentaram crescimento de 226% nos últimos dez anos, evoluindo de US\$ 3,4 milhões em 2006, para US\$ 11,2 milhões em 2015. As exportações brasileiras sofreram, contudo, significativa queda de 67,8% em 2015, refletindo, sobretudo, a acentuada retração nos embarques de tratores e de máquinas agrícolas. No acumulado de janeiro a agosto de 2016, as exportações continuaram mostrando evolução desfavorável, considerando que sofreram decréscimo de 60,4% sobre a mesma base do ano anterior. O decréscimo deveu-se, principalmente, à perda de dinamismo nas exportações de amianto e de tratores.

No que tange à composição da pauta, foram os seguintes os principais produtos da exportação brasileira para o Zimbábue em 2015: (i) tratores (US\$ 5,05 milhões; equivalentes a 45,2% do total); (ii) máquinas e aparelhos de uso agrícola, para preparação do solo (US\$ 1,48 milhão; 13,2%); (iii) máquinas para preparação de alimentos ou bebidas (US\$ 1,23 milhão; 11,0%); (iv) amianto (US\$ 923 mil; 8,3%); (v) máquinas e instrumentos para colheita ou debulha agrícola (US\$ 896 mil; 8,0%). As exportações para o Zimbábue mostram presença preponderante de produtos manufaturados, categoria que, em 2015, representou 92% do total das vendas. Os produtos básicos detiveram representatividade de 8%. No acumulado até agosto de 2016, foram os seguintes os três principais grupos de produtos exportados: máquinas e aparelhos de uso agrícola (9,8% do total); transformadores elétricos (7,4%); tratores (7,2%).

Importações

Nos últimos dez anos, as importações brasileiras originárias do Zimbábue cresceram 129%. Em termos de valor, as aquisições passaram de US\$ 8,2 milhões, em 2006, para alcançar o nível de US\$ 18,8 milhões, em 2015. As importações mostraram comportamento irregular, alternando momentos de forte expansão com momentos de significativa retração. Em 2013, as aquisições brasileiras originárias do Zimbábue chegaram a atingir o patamar de US\$ 59,6 milhões. De janeiro a agosto de 2016, as importações continuaram perdendo dinamismo, limitando-se a setenta mil dólares, o que significou retração de 99,6% sobre a mesma base de 2015. Essa retração deveu-se, basicamente, ao significativo decréscimo nas aquisições brasileiras de óleos de petróleo.

A pauta das importações brasileiras originárias do Zimbábue apresentou alto grau de concentração em 2015. Foram os seguintes os produtos adquiridos pelo Brasil: (i) óleos leves de petróleo (US\$ 18,7 milhões; participação de 99,5% sobre o total); (ii) mineral feldspato (US\$ 53 mil; 0,3%); ferro-ligas (US\$ 44 mil; 0,2%). Segundo o grau de elaboração, por fator agregado, os produtos manufaturados representaram 99,5% do total adquirido em 2015. Os produtos básicos somaram 0,3%, ao passo que os semimanufaturados compuseram 0,2% total. O universo importador também é altamente concentrado. Em 2016, no acumulado até

agosto, foram os seguintes os dois mais relevantes produtos importados: feldspato mineral (75,7% do total); granito trabalhado e obras de granito (22,5%).

Cooperação Técnica

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue foi celebrado em 10 de setembro de 2006, mas ainda não foi ratificado.

No âmbito das relações Brasil - Zimbábue, em 2012, destacou-se a realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Zimbábue, que ocorreu no período de 13 e 14 de setembro, em Brasília. Foram apresentadas demandas nas áreas de desenvolvimento urbano e habitação, pequenas e médias empresas, empoderamento de jovens, esportes e turismo.

Dentro da cooperação Brasil-Zimbábue, ressalta-se que o país foi um dos primeiros a ser contemplados pelo Programa Mais Alimentos África. Como o Acordo Básico de Cooperação Técnica ainda segue em tramitação no Congresso Nacional, o Programa está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação mantido pelo Governo Brasileiro com a União Africana, para a execução de projetos na área de agricultura e saúde. Em 2015, foram aprovadas as primeiras operações no âmbito do programa, com a exportação de maquinário agrícola ao país africano. Foi assinado, ademais, acordo de “Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa Mais Alimentos África no Zimbábue”.

Defesa

Não há acordo de cooperação militar celebrado entre Brasil e Zimbábue. Note-se, contudo, a iniciativa das Forças Armadas zimbabuanas de promover visita de estudo ao Brasil do "National Defence Course College", realizada em junho de 2015. A visita de estudo, considerada exitosa pela parte zimbabuana, contemplou palestras sobre aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais brasileiros, e visitas de campo.

Cooperação Humanitária

O Zimbábue é um dos países em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiados por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Neste âmbito, foram doadas em 2013 ao país 64 toneladas de arroz, com valor estimado em US\$30.420,00.

Cooperação Educacional

Brasil e Zimbábue ainda não possuem Acordo de Cooperação Educacional, que constitui requisito para que estudantes zimbabuanos possam participar dos programas oficiais de mobilidade acadêmica brasileiros, tais como os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2009, minuta de Acordo de Cooperação Educacional foi encaminhado ao Governo do Zimbábue, porém até a presente data o texto não foi assinado.

Energia

Em ocasiões passadas, o Zimbábue chegou a manifestar interesse na cooperação brasileira no setor energético, havendo, em 2009, apresentado proposta de Memorando de Entendimento na área. Na II Reunião da Comissão Mista Brasil-Zimbábue, o Ministério de Minas e Energia observou que a proposta de Memorando de Entendimento elaborada pelo lado zimbabuano abarcava áreas que extrapolavam a sua competência ou nas quais o Brasil ainda não possuía ampla experiência que viabilizasse o seu compartilhamento. Na ocasião, ambas as partes concordaram em trabalhar conjuntamente para melhor definição do potencial de cooperação bilateral e, posteriormente, os países indicaram os temas de hidroeletricidade e biocombustíveis como áreas para o possível aprofundamento do relacionamento na área de energia.

Segurança

Durante a II Comista Brasil-Zimbábue, discutiu-se proposta zimbabuana de cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Pública do Zimbábue. Acordou-se que o lado zimbabuano apresentaria lista de solicitações para possível cooperação; paralelamente, o Brasil apresentaria exemplos de cooperação oferecidos pela Polícia Federal a outros países em desenvolvimento, especialmente quanto ao oferecimento de cursos de capacitação. Crimes cibernéticos, lavagem de dinheiro e corrupção foram citados, já na própria reunião, como exemplos de possíveis áreas de cooperação com a Polícia Federal.

Política Interna

Instituições políticas

O Governo do Zimbábue é tripartido em Executivo, Legislativo e Judiciário. O Presidente é eleito por voto popular direto. De acordo com a nova Constituição do país, aprovada em 2013, o mandato presidencial tem duração de cinco anos, renováveis por mais cinco – anteriormente, não havia limite para reeleições.

O Legislativo do Zimbábue é bicameral, sendo dividido em Senado (80 membros) e Assembleia Nacional (210 membros).

Histórico

Na década de 1960, ainda sob regime segregacionista rodesiano, as etnias Shona e Ndebele fundaram, respectivamente, a ZANU (Zimbabwe African National Union), liderada por Robert Gabriel Mugabe; e a ZAPU (Zimbabwe African People's Union), liderada por Joshua Nkomo. As duas organizações viriam a unir-se, na década seguinte, formando a Frente Patriótica, que tinha como elementos centrais de sua plataforma a constituição da República do Zimbábue e a convocação de eleições.

Após anos de luta contra o domínio da minoria branca, assinou-se o Acordo de Lancaster House (dez/1979), que, além de reconhecer a nova República, abriu caminho para a realização de eleições, que levaram Robert Mugabe ao poder.

Desdobramentos recentes

Mugabe manteve pleno controle do cenário político até o final da década de 1990, quando foi criado, em 1999, o Movimento pela Mudança Democrática (MDC), de Morgan Tsvangirai. Com uma plataforma menos vinculada às causas históricas da descolonização, mas refletindo anseios e preocupações de novos segmentos da sociedade zimbabuana, o MDC firmou-se como principal movimento de oposição ao regime.

As eleições de 2008, que foram acompanhadas por observadores internacionais e pela imprensa mundial, transcorreram em clima de relativa tranquilidade. O Brasil, convidado a acompanhar a realização do pleito, foi representado pelo deputado Antônio Carlos Pannunzio, então titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e pelo Embaixador do Brasil em Harare. Morgan Tsvangirai (MDC-T) recebeu 47,9% dos votos, seguido por Robert Mugabe (ZANU-PF), com 43,2%.

A oposição denunciou pretensos atos de intimidação pelo governo após a divulgação do resultado do primeiro turno. Antes da realização do segundo turno, Tsvangirai retirou sua candidatura. As eleições foram realizadas, e os resultados oficiais deram vitória a Mugabe, com 2,1 milhões de votos - contra 233 mil de Tsvangirai.

Embora tenha reassumido a Presidência, Mugabe, pressionado pela comunidade internacional, negociou governo de coalizão com o MDC. Como resultado de negociações, mediadas pelo então Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, assinou-se um "Acordo Político Global", que, entre outras medidas, previa a permanência de Mugabe como Presidente e a ascensão de Morgan Tsvangirai ao poder, como Primeiro-Ministro e chefe do Conselho de Ministros. Previa, igualmente, a elaboração de novo texto constitucional e a realização de eleições presidenciais.

Em março/2013, foi aprovada, em referendo, a nova Constituição do país, que previu a abolição do cargo de Primeiro-Ministro, bem como a realização de novas eleições gerais ainda naquele mesmo ano, para mandato de cinco anos (anteriormente, o mandato era de seis anos), com direito a uma reeleição. As eleições foram realizadas em julho/2013. Conforme a Comissão Eleitoral do Zimbábue (ZEC), 3,5 milhões de eleitores participaram do pleito (contra os 2,5 milhões que votaram em 2008). O Presidente Robert Mugabe foi reeleito com 61% dos votos, tendo Morgan Tsvangirai (MDC-T) obtido 33,9%. O ZANU-PF de Mugabe conquistou 158 dos 210 assentos do Parlamento e o MDC-T, 51 assentos.

No VI Congresso do ZANU-PF, em dezembro de 2014, o Presidente Robert Mugabe e a Primeira Dama Grace Mugabe foram reconduzidos a suas respectivas posições, ele como Primeiro Secretário do ZANU-PF; ela, como líder da Liga das Mulheres do ZANU-PF. A então Vice-Presidente Joice Mujuru foi afastada de seu cargo, sob acusações de corrupção e de conspiração para derrubar Mugabe. Para seu lugar, foi indicado o então Ministro da Justiça, Emmerson Mnangawa.

Discute-se, atualmente, as perspectivas políticas do país com vistas à sucessão de Robert Mugabe. O atual presidente apresenta-se como candidato às eleições de 2018, e, apesar da avançada idade (92 anos), seu atual mandato conta com a aprovação de 57% dos zimbabuanos, segundo pesquisa divulgada recentemente pelo instituto Afrobarometer. Com o afastamento de Joice Mujuru do governo, os nomes do Vice-Presidente Mnangawa e mesmo da Primeira Dama Grace Mugabe vêm sendo especulados como eventuais candidatos à sucessão, sem conseguir, contudo, obter consenso no seio do ZANU-PF até o momento.

Política Externa

Por décadas, Robert Mugabe foi considerado um líder regional renomado e respeitado, chegando a mostrar ambição de medir forças com a África do Sul enquanto seu país era ainda a segunda maior economia da África Austral. O Zimbábue é membro dos principais organismos internacionais; das iniciativas de integração africana União Africana, Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e de organismos de concertação entre países do sul, como o Movimento dos Não Alinhados, o G-77 e o G-20.

Após o pleito presidencial de 2002, em que Mugabe se sagrou vitorioso, Estados Unidos e União Europeia impuseram sanções unilaterais ao país (restrições de viagens, congelamento de ativos de dirigentes zimbabuanos e embargo de armas), sob alegação de irregularidades no processo eleitoral. No mesmo contexto, o país foi suspenso, em 2002, da Comunidade Britânica de Nações ("Commonwealth"), da qual viria a se retirar definitivamente um ano depois.

As sanções europeias sempre estiveram direcionadas a pessoas vinculadas ao regime e a algumas empresas estatais, preservando as relações e interesses do setor privado europeu - só o Reino Unido tem mais de 400 empresas operando no Zimbábue. As sanções norte-americanas, contudo, envolvem restrições econômicas, e são as que mais afetam o país.

Em que pesem algumas resistências, diversos países europeus, sobretudo os mediterrâneos e a Suécia, têm defendido a suspensão total das sanções e o reengajamento da União Europeia com o Zimbábue. Nos últimos quatro anos, a lista de sanções do bloco contra o país africano caiu de 180 nomes de indivíduos e empresas para apenas três – permanecem na lista europeia, como sancionados, somente o Presidente Robert Mugabe, a Primeira Dama Grace Mugabe e a empresa estatal National Defense Industry (NDI).

Em discurso na 71ª. Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro/2016, Mugabe classificou as sanções de "ilegais e injustificadas", e as responsabilizou pelo colapso econômico, financeiro e social do país. Segundo Mugabe, o Zimbábue vem sendo punido "por exercer o princípio da independência soberana" resguardado pela própria Carta das Nações Unidas.

O prolongado isolamento imposto pelas potências ocidentais levou Mugabe a reforçar o discurso anticolonialista e pan-africanista, que já fazia parte da plataforma de seu partido (ZANU-PF) desde a década de 1980. Como estratégia de política externa, o Zimbábue voltou-se cada vez mais para a Ásia, em política conhecida como "Look East Policy". A China está entre os parceiros prioritários do país, embora muitas empresas chinesas no Zimbábue sofram constantes críticas por suas práticas trabalhistas e ambientais. Em

dezembro/2015, o Presidente chinês, Xi Jinping, foi ao país em visita de Estado, ocasião na qual foram assinados 12 acordos, estimados agregadamente em US\$ 4 bilhões. A missão ocorreu pouco mais de um ano após visita de Mugabe à China, quando já haviam sido assinados nove outros acordos.

Ainda no âmbito da diversificação de relações políticas em razão do isolamento junto ao Ocidente, o Zimbábue recebeu, em setembro/2014, visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, ocasião em que foi assinado acordo para a exploração mineral de platina por empresas russas, com investimentos iniciais da ordem de US\$ 3 bilhões. Para além do valor econômico da operação, a visita de Lavrov ratificou a dimensão política do gesto, corroborada por meio das declarações de solidariedade mútua e das críticas aos países ocidentais, que impõem sanções unilaterais tanto à Rússia quanto ao Zimbábue.

Por fim, permanecem fortes os laços entre o Zimbábue e a África do Sul. Ademais das ligações históricas - que remetem às lutas de ambos os países contra regimes segregacionistas -, os países possuem grandes ligações políticas, econômicas e sociais – estima-se que mais de 3 milhões de zimbabuanos vivam atualmente na África do Sul. Do ponto de vista comercial, igualmente, é forte a presença sul-africana no país, havendo as exportações sul-africanas para o Zimbábue avançado 247% entre 2005 e 2014.

Economia, Comércio e Investimentos

Até o fim da década de 1990, o Zimbábue possuía a segunda economia mais diversificada da África Austral, com setor manufatureiro bem desenvolvido, fazendas comerciais prósperas e recursos minerais variados. O país era autossuficiente na produção de gêneros alimentícios, exportando considerável quantidade de carne, milho, algodão, açúcar e, principalmente, tabaco (produto do qual o Zimbábue é um dos principais exportadores mundiais). Desenvolveu-se ainda a horticultura, com o Zimbábue chegando, ao fim da década de 1990, à posição de terceiro maior exportador mundial de rosas. O crescimento médio fora de 4% anuais em 1980-1990; 2% em 1990-1994; e 4% em 1994-1998. Apesar disso, em virtude da explosão demográfica que se seguiu à independência, a renda per capita no fim dos anos 1990 era cerca de 10% menor do que em 1980.

Na década de 1990, o estrangulamento financeiro do país, sobretudo quando o Banco Mundial e o FMI exigiram que Harare se submetesse a um ajuste estrutural apresentado na forma do então denominado "Economic Structural Adjustment Programme (ESAP)", desregulou salários, privatizou empresas, achatou o orçamento do Estado, demitiu segmentos expressivos do funcionalismo e aboliu a gratuidade nos serviços de saúde e educação.

Sob o impacto de crises política e econômica, o Zimbábue assistiu à cotidiana perda de valor da sua moeda, à desaceleração das atividades no setor produtivo e às sucessivas crises de abastecimento de produtos básicos. Nesse contexto, o país recorreu ao racionamento de produtos sensíveis como combustíveis, energia elétrica, água potável, alimentos e fertilizantes. Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) aponta que a economia do Zimbábue chegou a encolher 45% entre 1998 e 2007.

Apesar das dificuldades, o Zimbábue apresentou bons índices de crescimento em anos recentes, com altas de 4,48% (2013); 3,85% (2014); e 1,50% (2015), sempre conforme dados do Banco Mundial. Em 2016, contudo, o país vem tendo que lidar com os efeitos de nova

deterioração das bases de sua economia. Na apresentação da revisão semestral do orçamento nacional, em setembro de 2016, o Ministro das Finanças, Patrick Chinamasa, discorreu sobre o estado da arrecadação fiscal, bem como sobre a economia e as medidas para sua restruturação. Embora o PIB registre crescimento - ainda que em ritmo bem menor do que o imaginado, com previsão de alta de 1,2% para este ano -, o déficit semestral do orçamento está em US\$ 623 milhões, frente aos US\$ 150 milhões anteriormente previstos pelo governo.

Quanto à arrecadação tributária, que reflete o estado da economia formal do país, arrecadou-se, no semestre passado, US\$ 1,8 bilhão, 9,8% menos do que a meta estabelecida pelo governo, e menos ainda do que o necessário para honrar os gastos governamentais, estimados em US\$ 2 bilhões. Em razão disso, o Ministro Chinamasa anunciou cortes nos salários do alto funcionalismo público, suspensão do 13º salário por dois anos e a demissão de 25.000 servidores em 2017. Ato contínuo, no entanto, o Presidente Robert Mugabe desautorizou publicamente Chinamasa, declarando o anúncio sem efeito.

O país vive, ademais, uma crise de liquidez que começa a afetar sua economia real. A queda de confiança tem levado a população a fazer estoques e crescentes retiradas dos depósitos nos bancos. A fim de evitar o agravamento da crise, o governo e o setor privado têm tomado uma série de medidas, a exemplo da restrição para saques em dólares de pessoas físicas e jurídicas.

Nos últimos seis anos, o dólar americano consolidou-se como moeda "de facto" do país (o dólar zimbabuano foi extinto em 2009). Atualmente, estima-se que 95% das transações locais se deem na moeda norte-americana. A crescente apreciação internacional da divisa, contudo, fez que as importações do Zimbábue ficassem mais baratas e as exportações menos competitivas, agravando a já difícil situação econômica do país. Ademais, os salários médios tornaram-se os mais elevados da região austral africana, o que se reflete diretamente nos custos de produção e nos preços praticados no país, que são bastante altos.

Ainda no que tange à política cambial, o governo baixou, em junho/2016, decreto determinando que todos os seus órgãos e entidades estatais passem a aceitar o rand sul-africano como moeda de pagamento. Nesse sentido, estima-se que a adoção do rand permitiria ao Zimbábue reduzir seus custos de produção, ajustando-os aos padrões regionais e, com isso, voltar a ser competitivo e retomar o crescimento da economia.

Comércio exterior total

As exportações zimbabuanas mostraram pouco dinamismo nos últimos dez anos, tendo em vista que registraram decréscimo de 57,9% nesse período. As vendas externas do país passaram de US\$ 6,43 bilhões, em 2006, para US\$ 2,70 bilhões, em 2015. O decréscimo deveu-se, principalmente, à retração nas exportações de níquel e de algodão. Em termos geográficos, as exportações mostram clara vocação regional: as exportações para a SADC representaram 91% do total geral. Individualmente, foram os seguintes os principais mercados de destino para as exportações do Zimbábue, em 2015: África do Sul (71,1% de participação no total); Moçambique (15,1%); Emirados Árabes (5,5%); Zâmbia (3,4%); Botsuana (1,1%). O Brasil foi o 65º mercado de destino para as exportações do Zimbábue.

Pelo lado da demanda, ao longo dos últimos dez anos, as importações zimbabuanas de bens cresceram 133%, passando de US\$ 2,58 bilhões em 2006, para US\$ 6,00 bilhões em 2015. As importações sofreram, no entanto, retração acumulada de 22% nos dois últimos anos. O exame da matriz comercial revela que, em 2015, a SADC responsabilizou-se por 49% do total das importações zimbabuanas. Individualmente, foram os seguintes os principais países fornecedores do Zimbábue, em 2015: África do Sul (participação de 38,4% no total); Cingapura (22,3%); China (7,6%); Zâmbia (4,6%); Índia (4,0%). O Brasil, com 0,2% de margem sobre o total, foi o 30º fornecedor de bens ao Zimbábue.

O resultado da balança comercial do Zimbábue é estruturalmente deficitário. Após contabilizar saldo negativo de 4,20 bilhões em 2013, o déficit zimbabuano em transações comerciais de bens ficou em US\$ 3,32 bilhões em 2014. Em 2015, o resultado desfavorável das transações comerciais somou US\$ 3,30 bilhões.

Energia

O Zimbábue, ao longo dos últimos anos, atravessa período de crise energética, que não é mais grave por causa da retração da atividade econômica. No final da década de 90, o consumo de energia no país alcançava 2.200MW, enquanto, em 2016, não passaria de 1.400MW. O restabelecimento da atividade industrial do Zimbábue, que atualmente é estimada em apenas metade do que era há 15 anos, depende, entre outros fatores, da efetiva disponibilidade energética a preços competitivos.

Os desafios no campo energético são significativos. Segundo os últimos dados disponíveis da Agência Internacional de Energia (AIE), em 2013, a taxa de eletrificação no país era de 40%, o que significa que cerca de 9 milhões de pessoas não teriam acesso à eletricidade. A proporção de domicílios sem energia elétrica seria mais aguda nas zonas rurais, onde a taxa de eletrificação cai para 20%. Ainda de acordo com informações da AIE, o percentual da população que dependeria do uso da biomassa tradicional para suprir ou complementar suas necessidades energéticas seria de 71%, ou seja, ou redor de 10 milhões de pessoas.

Na matriz elétrica zimbabuana, destaca-se a geração hidrelétrica, responsável por quase 60% da capacidade instalada, sendo o restante advindo da geração térmica (carvão, diesel e biomassa). Segundo o Secretário de Energia e Desenvolvimento Energético, Partison Mbiriri, o Zimbábue produzia, em meados de 2016, cerca de 1.000MW, o que gerava déficit em torno de 400MW para abastecer as necessidades da população. Para lidar com essa situação, a "Zimbabwe Electricity Supply Authority", estatal que controla a área energética do país, vem importando energia de seus vizinhos, como Zâmbia, Moçambique e África do Sul. As autoridades consideram que o país somente voltará a ser autossuficiente em energia após 2018, quando deverão terminar os trabalhos de modernização e expansão das hidrelétricas de Hwange e Kariba, principais fontes energéticas do país.

A forte seca na região tem contribuído, contudo, para diminuição nos níveis dos reservatórios, o que levou, em 2015 e começo de 2016, a cortes constantes de energia, de até 18 horas por dia, em algumas localidades do país, inclusive na capital Harare. A partir de meados de 2016, o período de racionamento vem se reduzindo. Como medida emergencial, o

país recorre a usinas termelétricas a diesel. Sendo país que apresenta grande incidência solar, o Zimbábue iniciou projetos-piloto de construção de três parques solares, cada um com capacidade de 100MW. No entanto, o preço por MW da energia solar ainda é visto com fator limitante da implantação em grande escala dessa tecnologia.

Biocombustíveis

Em 2012, entrou em funcionamento usina de etanol de cana-de-açúcar em Chisumbanje, no sul do Zimbábue. A tecnologia utilizada no processo produtivo, bem como a maioria dos equipamentos adquiridos, é de origem brasileira. Maior empreendimento dessa natureza no continente africano, a usina é operada pela empresa “Green Fuel”.

Para aumentar a demanda interna e viabilizar a produção local de biocombustíveis, o Governo zimbabuense anunciou, no final de 2012, a decisão de introduzir a mistura obrigatória de etanol à gasolina vendida no país. Inicialmente, o percentual de etanol adicionada à gasolina no Zimbábue foi estipulado em 5%. A expectativa do Governo era a de escalar o aumento da adição obrigatória nos próximos anos, chegando a 20% de etanol (E20). A meta até 2020 é de que sejam plantados 45 mil hectares com cana-de-açúcar, com 30 mil postos de trabalho, produção de 450 milhões de litros de etanol por ano e geração de 86 MW de energia, dos quais 80 MW serão transferidos para a rede nacional. O país chegou a utilizar etanol E15, mas devido às flutuações na produção de etanol, e à menor competitividade em função da queda dos preços do petróleo, o volume adicionado à gasolina de forma obrigatória tem oscilado entre E5 e E10. Se as metas até 2020 forem atingidas, o que demandará vultosos investimentos, o governo nutre a expectativa em tornar-se exportador regional de etanol para o mercado dos países da SADC.

Há clara política de apoio à inserção dos biocombustíveis na matriz energética do Zimbábue. O Governo pretende, nesse contexto, incentivar, ainda, a importação e a instalação de montadoras de automóveis "flex-fuel" no país, bem como incentivar a capacitação de oficinas mecânicas para adaptar motores convencionais, para que possam funcionar com a adição de etanol à gasolina em maiores proporções, sem ocasionar problemas de corrosão.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1980: estabelecimento de relações diplomáticas, no dia da independência do Zimbábue (18 de abril).

1984: Brasil vende US\$ 100 milhões em veículos militares no Zimbábue.

1987: abertura da Embaixada residente do Brasil em Harare.

1988: assinado Acordo Comercial.

1991: visita do Presidente Collor ao Zimbábue (setembro).

1992: Presidente Mugabe vem ao Brasil participar da Rio-92.

1996: VP Marco Maciel vai a Harare participar da 6ª Cúpula do G-15.

1999: visita do Presidente Mugabe ao Brasil (setembro).

2003: Ministro Celso Amorim visita Harare (maio).

2004: Zimbábue abre Embaixada residente em Brasília (agosto).

2006: assinados Acordos de Cooperação Técnica e de criação de Comista (setembro).

2008: Ministro Celso Amorim visita Harare (outubro).

2009: I Reunião da Comista bilateral (novembro).

2012: II Reunião da Comista bilateral (setembro).

Cronologia Histórica

1200-1600: Ascensão e queda do reino de Monomotapa.

1830-1840: Assentamento dos ndebele no sudeste do atual Zimbábue.

1889: Cecil Rhodes recebe mandato para colonizar a região.

1922: Minoria branca recebe auto-governo do Reino Unido.

1953: Criada a Federação Centro-Africana (Zimbábue, Zâmbia e Maláui).

1960's: Formação dos partidos nacionalistas ZAPU e ZANU.

1963: Fim da Federação com a independência de Zâmbia e Maláui.

- 1965: Declaração Unilateral de Independência da Rodésia.
- 1979: Acordo de Lancaster House põe fim ao governo da minoria branca.
- 1980: Vitória eleitoral de Robert Mugabe; independência (18 de abril).
- 1987: Unificação da ZANU e da ZAPU na ZANU-PF.
- 1998: Início da reforma agrária.
- 1999: Formação do Movimento pela Mudança Democrática (MDC).
- 2000: Mugabe é derrotado em referendo sobre reforma constitucional.
- 2002: Reeleição de Mugabe.
- 2008: Vitória eleitoral do MDC no primeiro turno da eleição presidencial (março); Mugabe vence o segundo turno após retirada de Tsvangirai (junho); acordo de divisão do poder (setembro).
- 2009: Formação do governo de coalizão (fevereiro). Início do processo de redação da nova Constituição (junho).
- 2012: Comitê Parlamentar encarregado de redigir o novo texto constitucional apresenta o projeto final de constituição (julho).
- 2013: Líderes que integram o Governo de Unidade Nacional anunciam terem chegado a acordo sobre o novo texto constitucional (janeiro).
- 2013: Nova Constituição é aprovada em referendo (março)
- 2013: Reeleição de Mugabe (julho).

Atos bilaterais em vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Nº de Série	Nº da Pasta	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento Entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Zimbábue sobre Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	Zimbábue	Consultas Diplomáticas	7001	9	16/11/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	Zimbábue	Dependentes - Atividades Remuneradas	7000	8	16/11/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre Cooperação em Turismo	Zimbábue	Turismo, Feira e Exposições	6797	7	08/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue Sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural	Zimbábue	Agricultura	6757	6	11/05/2010	Em Vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue	Zimbábue	Comissão Mista	5672	04	10/09/2006	Em Vigor
Declaração Conjunta	Zimbábue	Declaração Conjunta	3822	02	11/09/1991	Em Vigor
Acordo Comercial	Zimbábue	Comércio	3524	01	20/06/1988	Em Vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Direção das exportações do Zimbábue
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
África do Sul	1.922	71,1%
Moçambique	409	15,1%
Emirados Árabes Unidos	148	5,5%
Zâmbia	92	3,4%
Botsuana	31	1,1%
Bélgica	19	0,7%
Namíbia	13,74	0,5%
Israel	13,69	0,5%
Países Baixos	5	0,2%
China	4	0,2%
...		
Brasil (65^a posição)	0,0	0,0%
Subtotal	2.657	98,3%
Outros países	47	1,7%
Total	2.704	100,0%

Origem das importações do Zimbábue
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
África do Sul	2.305	38,4%
Cingapura	1.338	22,3%
China	458	7,6%
Zâmbia	277	4,6%
Índia	238	4,0%
Moçambique	171	2,8%
Japão	130	2,2%
Reino Unido	98	1,6%
Hong Kong	90	1,5%
Emirados Árabes Unidos	80	1,3%
...		
Brasil (30^a posição)	12,1	0,2%
Subtotal	5.197	86,6%
Outros países	805	13,4%
Total	6.002	100,0%